

# Secretário da Receita afirma que “navio corre o risco de naufragar”

**EM REAÇÃO** a projeto que altera carreira, auditores ameaçam debandar

**N**a tentativa de estancar a maior crise da história do órgão, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, endereçou carta com apelo dramático aos auditores que colocaram à disposição postos estratégicos e cargos de confiança no Fisco.

Na mensagem, apontou para os “muitos interessados no não funcionamento, na desorganização, no enfraquecimento da instituição”. Disse que, “ao deixar a função que se ocupa ou mesmo ameaçar fazê-lo, ficam frágeis as linhas de responsabilidade e comando da instituição e perde-se a funcionalidade do órgão”.

“Um navio não chegará mais rapidamente a seu destino com o abandono de seus comandantes. Pelo contrário, restará à deriva e correndo o risco de naufragar. Cabe equilíbrio emocional e serenidade neste momento”, completou o secretário.

A emblemática carta de Rachid, destinada a delegados e a superin-

tendentes, tenta impedir o avanço da crise, deflagrada por auditores insatisfeitos com o que chamam de “graves distorções” no projeto de lei 5864/2016, sobre a carreira tributária. Eles repudiam a possibilidade de partilhamento com os

“

A quem, internamente, interessa a desorganização e o enfraquecimento da Receita Federal? Aos que trabalham e que identificam nos seus processos de trabalho e projetos grande significado para sua própria realização pessoal? Aos que se consideram moralmente obrigados a prestar um melhor serviço aos contribuintes em troca da remuneração que aceitaram receber ao ingressarem nos seus quadros sem prejuízo do direito de buscar melhorias? Certamente, não.

Trecho da mensagem de  
**JORGE RACHID**  
Secretário da Receita Federal

analistas de quase a totalidade das prerrogativas que são privativas do cargo de auditor fiscal. A mobilização teve impacto em empresas, que tiveram atrasos em compra e venda do Exterior.

Na primeira reação ao projeto, no dia 9 de novembro, 57 auditores ameaçaram renunciar às funções de confiança da 8ª Região Fiscal (SP), a que mais arrecada tributos no país – R\$ 500 bilhões por ano. No dia 11, a crise recrudescceu. Cerca de 400 auditores, entre subsecretários, superintendentes, coordenadores, delegados e inspetores, divulgaram manifestos contra os efeitos “nocivos” do substitutivo aprovado por comissão especial da Câmara.

“Estamos assistido a movimentos de entrega de cargos na Receita como manifestação de insatisfação com a tramitação do PL nº 5.864”, escreveu Rachid a seus pares. “Os efeitos desta linha de ação serão o empobrecimento produtivo e intelectual da Receita”, completou.

## PERDA DE FORO

# Supremo analisou em vão 25% dos processos contra políticos

O Supremo Tribunal Federal (STF) trabalhou em vão em 25% dos processos que tinham políticos como réus na Corte. O tribunal teve de abrir mão do julgamento antes do final desses casos após meses de atuação de seus ministros e servidores. Isso ocorreu porque políticos perderam o foro privilegiado, levando ao encerramento automático de 46 ações penais das 180 abertas no tribunal de janeiro de 2007 a outubro de 2016.

Esses processos foram remetidos a outras instâncias e ficaram sem julgamento no STF, contribuindo para a demora na conclusão de casos. Do total, 11 ficaram mais de três anos na Corte, e dois, quase cinco anos.

As acusações nas 46 ações foram variadas: peculato, crimes contra a Lei de Licitações, extorsão, injúria, difamação e falsidade ideológica.

A perda do foro se dá por vários motivos. Senadores e deputados que não tentam ou não conseguem se reeleger, a eleição de parlamentares ou ministros eleitos para outros cargos pú-

blicos não cobertos pelo STF, ministros que deixam o governo federal, entre outros.

Se um político deixa de ocupar um cargo previsto em lei como de competência exclusiva do STF, o processo é paralisado e deve ser enviado a outra instância. No caso de políticos sem mandato, vai para a primeira instância do Judiciário. No caso de governadores, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

## DEMORA AUMENTA RISCO DE PRESCRIÇÃO

Quando o processo vai para outra instância, é retomado no ponto em que parou no STF. Porém, além da perda de tempo do tribunal em medidas como audiências para depoimentos e diligências para coleta de documentos, há ainda a demora na tramitação física dos processos entre as diversas instâncias.

Esse cenário aumenta o risco da prescrição – quando o Estado perde o direito de condenar um réu porque não conseguiu concluir a ação em tempo hábil.

**programa estágio**

QUEM É INQUIETO

SABE QUEBRAR PARADIGMAS

TEM IDEIAS INOVADORAS

E VIVE CONECTADO

TEM TUDO PARA INICIAR A CARREIRA NO GRUPO RBS

Iniciar sua carreira em um ambiente inspirador faz toda a diferença para o seu futuro. Por isso, venha dar seu primeiro passo com a gente. O Programa de Estágio do Grupo RBS oferece vagas nas áreas de Administração, Economia, Contabilidade, TI, Direito, Engenharia, Psicologia, Comunicação Social, entre outras. Inscreva-se até 27/11 em [www.gruporbs.com.br/talentos/programa-estagio/](http://www.gruporbs.com.br/talentos/programa-estagio/).

talentosrbs | Grupo RBS

[gruporbs.com.br](http://gruporbs.com.br) | [/GrupoRBS](https://www.facebook.com/GrupoRBS) | [@Grupo\\_RBS](https://twitter.com/Grupo_RBS) | [@Grupo\\_RBS](https://www.instagram.com/Grupo_RBS)